

**RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 47.769 - SP
(2015/0045572-6)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
RECORRENTE : SILVIA MARTINEZ BRANDAO FERREIRA DE MORAES
ADVOGADO : DIRCEU AUGUSTO DA CÂMARA VALLE E OUTRO(S) -
SP175619
RECORRIDO : ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em mandado de segurança interposto por **Silvia Martinez Brandão Ferreira de Moraes**, contra acórdão às fls. 261/272, proferido pela maioria de votos do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo.

Narram os autos que a ora recorrente, Oficiala da Polícia Militar do Estado de São Paulo, teve decretada a perda de seu posto e da patente em face do julgamento do Conselho de Justificação n.º 242/2013, que tramitou perante o Tribunal de origem (fls. 22/38).

Contra esse acórdão foram então opostos embargos declaratórios (fls. 39/50).

Antes do julgamento dos referidos declaratórios, a parte ora recorrente peticionou nos autos protestando pela juntada aos autos da sentença absolutória – fundamentada no art. 439, *d*, do CPPM (*"O Conselho de Justiça absolverá o acusado, mencionando os motivos na parte expositiva da sentença, desde que reconheça: [...] d) existir circunstância que exclua a ilicitude do fato ou a culpabilidade ou imputabilidade do agente (arts. 38, 39, 42, 48 e 52 do Código Penal Militar)"*) c/c o art. 38, *b*, do CPM (*Art. 38. Não é culpado quem comete o crime: [...] a) sob coação irresistível ou que lhe suprima a faculdade de agir segundo a própria vontade;*) – proferida na seara criminal, que, na forma do art. 462 do CPC/1973, constituiria fato novo capaz de influenciar o resultado final do julgamento do Conselho de Justificação em epígrafe.

Concomitantemente aos referidos declaratórios, a recorrente impetrou em 26/04/2014 o mandado de segurança de fls. 97/108, que, após denegado pelo Tribunal de origem, foi impugnado por meio do competente recurso ordinário em mandado de

segurança (fls. 109/128), autuado nesta Corte como RMS 46.262/SP, de minha relatoria, ao qual foi dado provimento.

Diante do indeferimento do pedido de juntada da sentença penal absolutória, e, ainda, do não provimento do respectivo agravo regimental, interposto em 26/05/2014 (fls. 130/140), a recorrente impetrou uma segunda ação mandamental (fls. 141/152), também denegada. Contra este acórdão foi então interposto o RMS 46.722/SP, também de minha relatoria e pendente de julgamento.

Posteriormente a ora recorrente impetrou o presente mandado de segurança (fls. 2/11), sustentando que, *"em processo criminal de idêntica correlação fática, foi [...] absolvida por inexistência do fato e inexistência do crime (ausência de dolo)"* (fl. 6), motivo pelo qual se mostraria desarrazoada e desproporcional a manutenção da pena de perda do posto e da patente, determinada pelo Conselho de Justificação. A partir dessa compreensão, requereu concessão da segurança, quanto ao mérito, a fim de que fosse *"cassada a decisão proferida no Conselho de Justificação"* (fl. 11).

A segurança foi denegada pelos seguintes fundamentos: (a) a absolvição na esfera criminal trata-se de fato novo que *"não poderá influenciar no julgamento da demanda, pois já passou o momento da tutela jurisdicional"* (fl. 268); (b) *"se a decisão absolutória é posterior à prolação do V. Acórdão, não há como reconhecer que ela tenha qualquer vinculação com o decidido e muito menos com eventual defeito a ser declarado, uma vez que, à evidência, os nobres Magistrados sequer conheciam dessa premissa"* (fl. 269); e (c) ausência de afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, uma vez que *"as condutas que alicerçam o Conselho de Justificação não necessariamente são criminosas, diversamente do que ocorre na seara penal militar"* (fl. 270).

O acórdão recorrido foi assim ementado (fls. 262/263):

Policia! Militar - Mandado de Segurança - decisão em sede de Conselho de Justificação (Lei 5836/72) não condizente com a gravidade das condutas perpetradas pela acusada - infringência ao princípio da proporcionalidade - nulidade - absolvição criminal em processo que apurou a responsabilidade penal pelos

mesmos fatos - direito líquido e certo em ver decretada a nulidade da decisão colegiada em sede de Conselho de Justificação - não evidenciado - independência harmônica entre os Poderes da República - possibilidade de responsabilização em mais de uma esfera jurídica - art.2º da CF/88 - sentença criminal posterior ao trânsito em julgado da decisão extrapenal - impossibilidade de projetar seus efeitos a partir da via mandamental - garantias e princípios de natureza constitucional preservados - segurança denegada - maioria.

Em suas razões recursais, defende a recorrente que, *"se desarrazoada a perda do posto e patente por quem tenha prevaricado, no caso em espécie, em que absolvida [...] por não enxergar dolo em sua conduta o Conselho Especial de Justiça, mostra-se desarrazoado ao quadrado o quanto estabelecido no processo regular"* (fl. 284).

De outro lado, aduz que não existiria impedimento que o Conselho de Justificação apreciasse o fato novo noticiado nos autos (absolvição na esfera criminal), uma vez que o referido processo administrativo disciplinar ainda não havia transitado em julgado.

Por fim, requer (fl. 291):

[...] seja conhecido e provido o presente recurso ordinário constitucional, reformando-se, pois, o v. acórdão prolatado pelo E. TJM/SP para, caso mantido o veredicto quando do julgamento dos Embargos de Declaração n. 341/14, seja cassada a decisão proferida no Conselho de Justificação, determinando, até por economia processual, sua reintegração às fileiras da Polícia Militar do Estado de São Paulo ou, ao menos, anulado o decisum, determine-se ao E. Tribunal a quo que leve em consideração, tal qual a orientação estampada no voto vencido, a absolvição proclamada na seara penal por inexistência do fato e do crime.

Deixa, em caso de decisão pela anulação e remessa à origem para renovação do julgamento, consignado o pedido de concessão de liminar para que seja a recorrente reintegrada às fileiras da Polícia Militar do Estado de São Paulo, em razão do caráter alimentar de seu oaté final decisão a ser proclamada por esse C. STJ.

Sem contrarrazões.

O Ministério Público Federal, em parecer da Subprocuradora-Geral da República Maria Caetana Cintra Santos, opinou pelo não provimento do recurso ordinário, nos termos da ementa que se segue:

RECURSO ORDINÁRIO. ANTERIOR MANDADO DE SEGURANÇA.

MS 46.722/SP (2014/0264170-2). PENDENTE DE JULGAMENTO COM PARECER DO MPF PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM. REPETIÇÃO DO PEDIDO. IMPOSSIBILIDADE. PROCESSOS QUE DEVEM SER REUNIDOS PARA SUSCITAREM DECISÃO COMUM.

- Parecer pelo desprovimento do recurso. (fl. 311)

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Conforme já relatado, à unanimidade da Primeira Turma desta Corte Superior, foi dado provimento ao RMS 46.722/SP para declarar a nulidade do voto desempate proferido pelo Juiz Presidente do TJM/SP no julgamento do Conselho de Justificação n.º 242/2003 e, via de consequência, declarar como resultado do referido julgamento a orientação mais favorável à recorrente. Não houve interposição de novos recursos e o aludido acórdão transitou em julgado em 21/03/2019.

Por isso, entendo que o presente mandado de segurança perdeu seu objeto, e essa perda superveniente (art. 493 do CPC) faz desaparecer, igualmente, o interesse processual, impondo-se a **extinção do feito, sem resolução do mérito**, nos termos do art. 485, VI, do CPC.

ANTE O EXPOSTO, com fundamento no art. 34, XI, do RISTJ, julgo prejudicado o presente recurso ordinário em mandado de segurança e extingo o feito, **sem resolução do mérito**, por perda superveniente do objeto.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro **SÉRGIO KUKINA**
Relator